



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **13.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. **REQ. N.º 1093/11 – PC N.º 439/05 – JOSÉ ANTÓNIO MODERNO DAS NEVES**
3. **REQ. N.º 769/11 – PC N.º 335/08 – SARA ALEXANDRA CANALE**
4. **REQ. N.º 1612/12 – PC N.º 292/08 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS**
5. **REQ. N.º 1425/12 – PC N.º 164/11 – ARTUR RAMALHO LOPES**
6. **REQ. N.º 1518/12 – PC N.º 183/10 – PAULO ALEXANDRE GOMES DA ENCARNAÇÃO**
7. **REQ. N.º 1322/12 – PC N.º 167/12 – ISMAEL E RUNA, LDA.**
8. **REQ. N.º 1160/12 – PC N.º 469/11 – FIRMINO DE SOUSA**

9. REQ. N.º 622/12 – PC N.º 219/11 – HELDER JOSÉ MARCELINO RODRIGUES
10. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011 – MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA
11. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AOS BALNEÁRIOS DO RELVADO N.º 2 DO ESTÁDIO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
12. FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL À PISCINA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE E PISCINA MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
13. CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "COMUNICAÇÕES PARA O N.ºS 707*, 808*, 809*, 1* PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 30 DE JUNHO DE 2014"-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
14. CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "PAGAMENTO POR MULTIBANCO NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013"-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
15. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA 15 BENEFICIÁRIOS DE "CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO" E "CONTRATO EMPREGO-INERÇÃO+" INTEGRADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
16. PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 21/2011-AP/DEDIS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013 - REVISÃO DE PREÇOS -

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

- 17. LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO DE 2013**
- 18. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2012 A LIQUIDAR NO ANO DE 2013**
- 19. CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE**
- 21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE RESIDENTES NAS LOCALIDADES DE AMIEIRA E PILADO E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013**
- 22. TUMG – RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2012**
- 23. TUMG – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2013**
- 24. PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE AO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL.**
- 25. EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA 4 – FIGUEIRAS “. CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2006. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

26. ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO
COMERCIAL “BUNKER”

27. ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO
COMERCIAL “BUDA’S BAR”

28. HABITAÇÃO SOCIAL – RUA JULIO BRAGA BARROS, BLOCO 2, 3.º
ESQUERDO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: MARIA HELENA
VICENTE PINHEIRO MONTEIRO – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO
DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE
ARRENDAMENTO.

29. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de sete processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais sete assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Entregou as respostas escritas relativas aos pedidos apresentados na anterior reunião pelos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho, Dr. António Santos e Dr. Vítor Pereira;
 - ⇒ Distribuiu o parecer do Conselho Executivo da AMLEI, acerca da Avaliação Geral do património – IML.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Perguntou se já há algum resultado das reuniões com a empresa Santana & C.ª, relativamente à Resinagem;
- ⇒ Em relação ao edifício da antiga IVIMA, pretende saber o que está feito e o que se planeia fazer relativamente à sua utilização;
- ⇒ Foi satisfeito ou não o pedido de transporte efetuado pelo A.C.M.
- ⇒ Sobre o Roteiro Turístico que foi distribuído na última reunião, gostaria de saber o seu custo, porque é um documento tão bom que lhe parece que não será o melhor para ser vendido;
- ⇒ Pediu para que seja analisada tecnicamente a possibilidade de enquadramento dos atletas de patinagem de alta velocidade na atribuição de subsídios e no respetivo regulamento, de modo a ser elaborada proposta de deliberação para uma próxima reunião.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu o passeio pedestre “Os caminhos da água”, referindo que foi bem organizado, bem participado e a equipa que o organizou está de parabéns;
- ⇒ Na sequência da deliberação tomada sobre a aplicação de penalidades à empresa Civilvias, Ld.ª, requereu resposta às seguintes questões:
 - o processo já foi enviado ao Ministério Público e em que termos (requereu cópia da participação);
 - quantas penalidades foram levantadas nos últimos 7 anos por atraso em obras;
 - em caso positivo, a quem, qual a obra e o valor da penalidade.
- ⇒ Voltou a reiterar o pedido sobre o ponto da situação jurídica do protocolo celebrado com a UDL;
- ⇒ Apresentou a questão que lhe foi colocada por um munícipe relativa à instalação de armários da PT, de forma abusiva e em terreno alheio, nas traseiras da Igreja da Garcia, e com a cumplicidade da Câmara, que autorizou a obra. Pretende ser esclarecido e saber exatamente o que se passa.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou o facto de ter havido uma resposta muito rápida a grande parte das questões colocadas na última reunião, pois é sabido o esforço que isso exige;
- ⇒ Referiu que o munícipe que falou com o Dr. António Santos sobre os armários da PT também falou consigo, tendo-lhe feito um resumo escrito com a sequência cronológica dos acontecimentos, que passou a ler. Tendo em conta que a situação envolve a Câmara, pede que se averigüe bem o que se passa no

que toca à Câmara, porque a ser verdade toda a informação que lhe chegou, terá que se anular a deliberação que autorizou a PT a colocar o equipamento nos terrenos da Igreja.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Referiu que algumas das questões que pretendia colocar ficaram um pouco prejudicadas pela intervenção do Dr. Vítor Pereira, no entanto gostaria de saber qual o resultado da reunião que eventualmente terá acontecido entre os advogados da Câmara e da empresa Santana, SA;
 - ⇒ Voltou a insistir no pedido apresentado anteriormente relativo à colocação de iluminação pública na Rua da Agroeira, na Amieira, uma vez que alguns dos moradores a continuam a abordar sobre o assunto.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** pediu para colocar mais um assunto, que é o seguinte:
 - ⇒ Ao chegar à Câmara, encontrou um casal de idosos que teriam sido chamados para retirar produtos agrícolas de um terreno, no Bairro do Camarnal, e que se queixaram de que não teriam sido bem atendidos. O Sr. chama-se António Silva Coelho, não conhece a situação mas pede que seja analisada.
- Na sequência das questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o **Sr. Presidente** respondeu o seguinte:
 - ⇒ Reunião com Santana, SA – tanto quanto sabe ainda não houve mais nenhuma reunião nem estará ainda marcada. Em face desta resposta a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** perguntou se as negociações ainda estão abertas e se não há processo em Tribunal, tendo o Sr. Presidente respondido que não há processo e que as negociações se mantêm;
 - ⇒ IVIMA – informou que o torreão central para sul ficará em tosko, para a creche, cujo projeto já está feito e aprovado pela Segurança Social, encontrando-se agora na fase das especialidades. A escritura está para ser marcada e estão a ser lançados os procedimentos para a instalação da creche, esperando que no próximo mês de novembro esteja tudo concluído. Na próxima reunião, e tendo em conta o pedido do Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, será presente informação relativa às instituições sociais e às valências que se pretendem instalar neste espaço.

Na sequência da questão colocada pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira e tendo em conta as informações do Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** requereu que o assunto seja presente à próxima reunião, apenas para conhecimento do executivo, pois não pretende por em causa os contactos que lhe parece que já existem, mas estando a Câmara aberta a disponibilizar instalações bastante boas às instituições, seria bom que todo o executivo pudesse participar na definição das áreas a ocupar e na definição de critérios e de seleção das entidades.

⇒ Passeio pedestre – não lhe foi possível participar, sabe que correu bem, mas a Eng.ª da Autoridade Florestal já criticou, porque entende que com a passagem de pessoas terá que ser afastada a flora, e não pretendem que isso aconteça.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou como é que a Câmara agora divulga as suas iniciativas e os passeios pedestres, uma vez que já não tem a agenda em papel.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou que a agenda é divulgada on-line e através do facebook, twitter, jornais, rádio, e também pediu aos serviços para que a divulguem nas coletividades.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura, quando eram 10:45 horas, foi atendida a **Sr.ª D. Maria Helena Vicente Pinheiro Monteiro**, para tratar de assunto relacionado com o contrato de arrendamento de habitação social, tal como consta do ponto 28 da ordem do dia da presente reunião.

Terminado este atendimento, a reunião prosseguiu com o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- O **Sr. Presidente** continuou a responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores do seguinte modo:

Igreja da Garcia – o Vereador Paulo Vicente esteve envolvido na negociação com a Comissão Fabriqueira para a instalação do Monumento aos Combatentes no Ultramar, mas a decisão foi deles, não da Câmara. No que respeita ao pedido de instalação de equipamento pela PT que foi deferido na última reunião sabemos que

a PT e a EDP fizeram a sua instalação em julho, antes de a Câmara autorizar, pelo que estamos a averiguar.

Agenda Turística – a **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira informou** que a mesma foi feita em grande parte pelos nossos serviços, e ficou em cerca de 1,48 € cada uma, sem IVA. Vai ser colocada na nossa página da internet e está a pensar-se divulgá-la em várias línguas. Pensamos também vir a imprimi-la em língua inglesa, e vendê-la a cerca de 5 € cada uma. Estamos a fazer todo o tipo de promoção turística possível, foi criada uma newsletter, a televisão veio fazer um programa em direto e gravar para um outro programa sobre divulgação do património.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que a nível da AMLEI deveria ser promovida toda a região, uma vez que possui uma vastíssima gama e diversidade de potencialidades a explorar.

Penalidades – em resposta ao Sr. Vereador Dr. António Santos, o **Sr. Vereador Paulo Vicente informou** que estava a presidir à reunião em que a deliberação foi tomada e era sua responsabilidade fazer cumprir as leis, daí ter decidido enviar o processo para o Ministério Público. O que foi enviado foi a deliberação e respetivas declarações de voto, até para nos habilitar para decisões futuras

Sobre este assunto o Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira disse o seguinte:

"Considerando que o Sr. Presidente em exercício na altura da tomada da deliberação relativa à aplicação de penalidades à empresa Civilvias, Ld.ª afirmou nesta reunião que já efetuou o pedido ao Ministério Público, requiro que nos seja facultada cópia da participação feita."

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** reafirmou o mesmo pedido, tal como já o havia feito no início da reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, entre as 11:45 horas e as 12:00 horas, para um pequeno intervalo.

Recomeçou com a apreciação e votação dos assuntos da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 13.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

634 - Presente proposta da 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

10.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 9.655,00 euros nos reforços e de 9.655,00 euros nas anulações;

9.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 3.000,00 euros nos reforços e de 3.000,00 euros nas anulações;

10.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 6.200,00 euros nos reforços e de 6.200,00 euros nas anulações e de reforço de 13.000 euros no ano de 2013 e anulação de igual montante no ano de 2014.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 13.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1093/11 – PC N.º 439/05 – JOSÉ ANTÓNIO MODERNO DAS NEVES

635 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Edifício Habitacional e Comercial*” levado a efeito num prédio urbano sito na Avenida Marginal, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 3/07, de 26/01, com termo em 23/12/2007, com 1.ª prorrogação válida até 21/06/2008 e 2.ª prorrogação válida até 16/06/2009.

Presente requerimento n.º 848/11, de 21/04, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente requerimento n.º 1093/11, de 25/05, pelo qual é apresentado Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, referente à “*Legalização de Alterações*” levadas a efeito na referida obra.

Presente “*LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA OCUPAÇÃO EM DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO N.º LIC-2012-0292*”, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, válida até 31/05/2019.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação com determinadas condições, referindo ainda que se encontram preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento das Condições Gerais e Específicas constantes da “*LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA OCUPAÇÃO EM DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO N.º LIC-2012-0292*”, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Deliberou ainda mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 769/11 – PC N.º 335/08 – SARA ALEXANDRA CANALE

636 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*” existente, localizada na Praceta Pinhal do Rei, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 27/05/2010.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, pressupondo a “Legalização da Obra” realizada sem o respetivo licenciamento camarário, dispondo de parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projectos das Especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.**
2. **Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho estava ausente durante a discussão e votação do presente processo.

4 - REQ. N.º 1612/12 – PC N.º 292/08 – ANTÓNIO AGOSTINHO SANTOS

637 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Instalação de um Estabelecimento de Bebidas – Pastelaria Torradinha*” existente na fração designada pela letra “B”, de um edifício constituído no regime de Propriedade Horizontal, localizado na Avenida José Henriques Vareda, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de

Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 28/10/2010.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
5. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1425/12 – PC N.º 164/11 – ARTUR RAMALHO LOPES

638 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua dos Vales, Lugar do Boco, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes Projetos das Especialidades relativas às Obras de Urbanização a realizar no âmbito do licenciamento em epígrafe, tendo em vista dotar o prédio em causa das infraestruturas necessárias ao referido licenciamento.

Presentes informações técnicas dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projecto de Arquitetura e respetivos Projetos das Especialidades referentes às Obras de Urbanização, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:**
 - a) Ficha estatística e ficha de segurança contra incêndio devidamente retificadas, contendo valores referentes à última versão do projeto de arquitetura apresentado.**
 - b) Memória descritiva e justificativa, contendo o devido enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente e a abolição da referência ao revogado Decreto-Lei n.º 64/90, de 21/02 e demais legislação não aplicável ao RT-SCIE e RJ-SCIE em vigor.**
 - c) Desenho de sobreposição nas cores convencionais (Desenho n.º 2), corroborando a última versão do projeto de arquitetura apresentado.**
 - d) Plano de Acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada, contendo peças escrita e gráficas devidamente elaboradas, nos termos do disposto no art. 56.º do RMEUMMG.**
 - e) Representação gráfica do polígono referente ao estacionamento automóvel no interior do prédio, em Planta de Implantação à escala 1/200 ou superior, corroborando o devido enquadramento da pretensão no PDMMG vigente.**
 - f) Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, no valor de 11.072,35€ (onze mil, setenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos), referente às seguintes componentes:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

PROJETOS DE ESPECIALIDADES	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Infraestruturas viárias:	7.557,08€
Rede de Abastecimento de Águas:	1.940,22€
Rede de Drenagem de Águas Pluviais:	1.575,05€
VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR	11.072,35€

3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente as obras de urbanização que decorrem dos projetos das especialidades apenas ao projeto de arquitetura apresentado.
4. Os muros de vedação a executar pelo requerente deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
5. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
6. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1518/12 – PC N.º 183/10 – PAULO ALEXANDRE GOMES DA ENCARNAÇÃO

639 - Presente Processo de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração/Ampliação de uma Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação*” existentes, sito num prédio urbano localizado na Rua das Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Legalização n.º 115/11, de 29/11, com termo em 28/12/2011.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no

prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1322/12 – PC N.º 167/12 – ISMAEL E RUNA, LDA.

640 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração e Ampliação de um Estabelecimento de Restauração e Bebidas*” a levar a efeito nas Frações “G”, “H” e “I”, de um Edifício existente, localizado na Praça Afonso Lopes Vieira, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 385/94, em nome de José Estevão Filipe Santos Tovim, referente à obra de “*Construção de um Bloco de Habitação e Comércio*”, ao qual foi atribuído Alvará de Licença de Utilização n.º 135/96, de 31/05 para edifício e Alvará de Licença de Utilização n.º 285/2004, de 28/04 para o estabelecimento.

Presente Parecer Favorável emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“(…)

- *Favorável.*

Desde que seja cumprido o exposto no projeto e demais legislação aplicável.

“(…)”

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projectos das Especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Peças desenhadas retificadas, idênticas às peças desenhadas que constam do processo apreciado pela Autoridade de Saúde (ACES – Pinhal Litoral II).**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
2. Nos termos do art. 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.
3. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1160/12 – PC N.º 469/11 – FIRMINO DE SOUSA

641 - Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização da Alteração e Ampliação de Moradia e Anexos”*, erigidos no prédio urbano sito na Rua de Maceira Lis, Lugar de Picassin, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a desconformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente por não assegurar zona de manobra e zona de permanência desobstruídas, bem como não assegurar o equipamento mínimo para instalação sanitária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08 - Secções 4.1.1., 4.9.6., 3.3.4. 1) e 2), bem como por apresentar obra que manifestamente afeta a estética da povoação em resultado da desconformidade da cerca dominante para esse tipo de edifício, passível de indeferimento nos termos do n.º 4 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou indeferir, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 e n.º 4 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

1. Por não assegurar zona de manobra e zona de permanência desobstruídas, bem como não assegurar o equipamento mínimo para instalação sanitária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08 - Secções 4.1.1., 4.9.6., 3.3.4. 1) e 2).
2. Por prever a utilização de telha em fibrocimento que contém fibras de amianto, substância proibida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 1999/77/CE de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias perigosas.
3. Por prever a construção (legalização) de um anexo localizado no topo sul/poente, imediatamente junto à Rua do Casal, com cerca de 5m de altura, constituindo obra que manifestamente afeta a estética da povoação em resultado da desconformidade da cêrcea dominante para esse tipo de edifício.

Deliberou ainda informar o requerente ter sido excedido o prazo que lhe foi concedido, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para, em sede de audiência prévia, se pronunciar sobre as razões que conduzem à emissão de proposta de indeferimento e promover a apresentação de projeto em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Mais deliberou notificar o requerente que deverá proceder à instrução de novo processo camarário, de acordo com os regulamentos e normas legais aplicáveis, nomeadamente, em conformidade com o Plano Municipal da Marinha Grande, Regulamento Geral das Edificações Urbanas na sua redação atual, Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - Regulamento n.º 449/2010, de 17/05, Regime Jurídico da urbanização e Edificação em vigor - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, Portaria n.º 232/2008, de 11/03, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios - Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11 e Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios - Portaria n.º 1532/2008, de 29/12. Na instrução de novo pedido o requerente poderá utilizar os documentos constantes do presente pedido que se mostrem válidos e adequados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 622/12 – PC N.º 219/11 – HELDER JOSÉ MARCELINO RODRIGUES

Processo retirado da ordem do dia para melhor esclarecimento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, quando eram 13:00 horas, para almoço.

Foi retomada pelas 15:00 horas, com a apresentação técnica da proposta de alteração aos estatutos da TUMG, correspondente ao ponto 24 da ordem do dia, seguindo-se de imediato a respetiva votação.

Estavam presentes todos os membros do executivo. A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho só chegou à reunião pelas 15:45 horas, após a apresentação técnica do ponto 24, tendo contudo participado na apreciação e votação da proposta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de o ponto seguinte ser colocado à votação, esteve presente na reunião o Sr. Professor Doutor Pedro Maia, que efetuou uma apresentação técnica da proposta de alteração aos estatutos da TUMG, conforme documento que se anexa à presente ata (Anexo 1), e esclareceu todas as questões colocadas pelos Senhores Vereadores.

24 - PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE AO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL.

642 - Presente proposta de adequação dos estatutos da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande ao Regime jurídico da atividade do empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Tendo em conta que é obrigatório adequar os estatutos das entidades de natureza empresarial criadas ao abrigo de legislação anterior, nos termos do artigo 70.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Tendo em conta que, nos termos da referida lei, o objeto social apenas pode incluir a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano e o transporte de passageiros (alíneas b) e f), do artigo 45.º), pelo que a gestão de máquinas e viaturas tem de ser reintegrada no âmbito da gestão direta municipal.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Tendo em conta que as restantes alterações visaram tão-somente assegurar a adequação dos estatutos ao novo regime legal.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), para os efeitos do artigo 53.º, n.º 2, alínea l), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal a proposta de adequação dos estatutos da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, que se dá por reproduzida e fica anexa (Anexo 2).

Delibera ainda propor que a alteração produza efeitos reportados ao dia 1 de janeiro de 2013, de acordo com o artigo 127.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Terminada a apreciação e votação da proposta de alteração aos estatutos da TUMG, a reunião continuou com a ordem do dia previamente estabelecida.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

10 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011 – MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

643 - Presentes comunicações da CCDRC relativas à prestação de contas de 2011, com registo de entrada E/7034/2012 de 21 de setembro de 2012 e e-mail datado de 4 de setembro de 2012, nas quais é requerido que seja apreciado um eventual desequilíbrio das Contas de 2011 do Município da Marinha Grande considerando que as receitas totais são inferiores às despesas totais.

Analisado o requerido e atentas informações n.ºs SB71/2012 de 5 de setembro de 2012 e SB75/2012 de 26 de setembro de 2012, cumpre concluir que o Mapa do Controlo Orçamental da Receita que consta da Prestação de Contas 2011 não apresenta a execução do saldo da gerência anterior, ano de 2010, nas colunas das “Receitas Liquidadas”, das “Receitas Cobradas Brutas” e “Receita Cobrada Líquida” o que está diretamente relacionado

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

com a forma de cálculo do mapa atenta a informação disponível na aplicação informática, a qual permite duas formas de cálculo e de apresentação do mesmo.

Efetivamente atenta a aprovação da 10.ª Modificação, 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2011 na sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2011 foi deliberado integrar o saldo da gerência de 2010, no montante de 540.665,16 euros, nas contas de 2011 e este montante foi efetivamente arrecadado e utilizado no pagamento das diversas despesas ao longo do ano de 2011 conforme execução orçamental da despesa constante do mapa do Controlo Orçamental da Despesa de 2011.

Face ao exposto a Câmara Municipal, após análise da informação prestada, e no cumprimento da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar a introdução do Mapa do Controlo Orçamental da Receita de 2011, com a contabilização do “Saldo da Gerência Anterior” nas colunas das “Receitas Liquidadas”, das “Receitas Cobradas Brutas” e “Receita Cobrada Líquida” nos documentos de Prestação de Contas de 2011 e submeter a introdução do mesmo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL AOS BALNEÁRIOS DO RELVADO N.º 2 DO ESTÁDIO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

644 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua

forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de gás natural aos balneários do relvado n.º 2 do estádio municipal da Marinha Grande para o mês de dezembro de 2012.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa ao fornecimento de gás natural aos balneários do relvado n.º 2 do estádio municipal da Marinha Grande na classificação orgânica/económica 0103/02010299 e ação do PAM 2011/A/115, sendo o valor da despesa estimado em 230,11€ acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de gás natural aos balneários do relvado n.º 2 do estádio municipal da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

de compromissos plurianuais relativos à contratação do “Fornecimento de gás natural aos balneários do relvado n.º 2 do estádio municipal da Marinha Grande” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL À PISCINA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE E PISCINA MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

645 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão

deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento contínuo de gás natural à piscina Municipal da Marinha Grande e Piscina Municipal de Vieira de Leiria, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa ao *“Fornecimento contínuo de gás natural à piscina Municipal da Marinha Grande e Piscina Municipal de Vieira de Leiria”*, na classificação orgânica/económica 07/02010299 e ação do PAM 2012/A/134.

Considerando que o preço base a aplicar é de 76.278,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da globalidade do fornecimento objecto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento contínuo de gás natural à piscina Municipal da Marinha Grande e Piscina Municipal de Vieira de Leiria.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do *“Fornecimento contínuo de gás natural à piscina Municipal da Marinha Grande e Piscina Municipal de Vieira de Leiria”*, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

13 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "COMUNICAÇÕES PARA O N.ºS 707*, 808*, 809*, 1* PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 30 DE JUNHO DE 2014" - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

646 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DCCM – Divisão de Cooperação, comunicação e modernização na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da

contratualização de Comunicações 707*, 808*, 809*, 1* para o período de 1 de dezembro de 2012 a 30 de junho de 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa às *“Comunicações 707*, 808*, 809*, 1* para o período de 1 de dezembro de 2012 a 30 de junho de 2014”*, na classificação orgânica/económica 0103/020209 e ação do PAM 2011/A/114, sendo o valor da despesa estimado em 1.390,24 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Considerando que o preço base a aplicar é de 1.390,24 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que os serviços a contratar de *“Comunicações 707*, 808*, 809*, 1* para o período de 1 de dezembro de 2012 a 30 de junho de 2014”* consubstanciam um serviço essencial previsto no n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, por se tratar de um serviço de comunicações electrónicas, pelo que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 1 de Março não está sujeito ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do mesmo artigo, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica às *“Comunicações 707*, 808*, 809*, 1* para o período de 1 de dezembro de 2012 a 30 de junho de 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos às *“Comunicações 707*, 808*, 809*, 1* para o período de 1 de dezembro de 2012 a 30 de junho de 2014”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

14 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "PAGAMENTO POR MULTIBANCO NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013"- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

647 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DGF – Divisão de Gestão Financeira na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da prestação de serviços

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento da Despesa de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à contratação da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”* nas classificações orgânica/económica 0103/020220 e 0103/030601.

Considerando que o preço base a aplicar é de 4.901,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da prestação de serviços de *“Pagamento por multibanco nos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de 1 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA 15 BENEFICIÁRIOS DE “CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO” E “CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO+” INTEGRADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO

**DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO
N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

648 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DGR – Divisão administrativa de gestão de recursos humanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de seguros de acidentes pessoais para 15 beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande para o período de dezembro de 2012 a julho de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 0103/0103090103 e ação do PAM 2012/A/135, sendo o valor da despesa estimado em 618,31€, isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

Considerando que o preço base a aplicar é de 618,31€, isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º do CIVA, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que os serviços objecto do contrato a celebrar não estão sujeitos a redução remuneratória, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da LOE para 2012, por o valor do contrato a celebrar ser inferior a 1500€ e também não estão sujeitos a redução remuneratória por agregação, nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da LOE para 2012, por os contratos em vigor com a entidade a convidar não terem objecto distinto do processo de contratação que se pretende iniciar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à *“Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande”*, Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Contratação de seguros de acidentes pessoais para beneficiários de “contrato emprego-inserção” e “contrato emprego-inserção+” integrados na Câmara Municipal da Marinha Grande”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 21/2011-AP/DEDIS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013 - REVISÃO DE PREÇOS - PEDIDO DE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º
1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

Processo retirado da ordem do dia.

**17 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO
DE 2013**

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na
próxima reunião ordinária do dia 31 de outubro de 2012.

**18 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO
ANO DE 2012 A LIQUIDAR NO ANO DE 2013**

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na
próxima reunião ordinária do dia 31 de outubro de 2012.

**19 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS
ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO
PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º
DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na
reunião extraordinária convocada para o próximo dia 22 de outubro de 2012.

**20 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO
ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na reunião extraordinária convocada para o próximo dia 22 de outubro de 2012.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE RESIDENTES NAS LOCALIDADES DE AMIEIRA E PILADO E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013

649 – A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de

31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação da DEDIS datada de 10-10-2012, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande residentes nas localidades de Amieira e Pilado e emissão de cartões tipo

passar para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8. do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande residentes nas localidades de Amieira e Pilado e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2012/2013”* nas classificações orgânica/económica 07/020210 e 07/020225 ação do PAM 2012/A/37, conforme proposta de cabimento em anexo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande residentes nas localidades de Amieira e Pilado e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Considerando que o Município da Marinha Grande a 15/02/2012, remeteu à Rodoviária do Tejo, S.A., ofício com o registo de saída n.º S/1089/2012, a solicitar o entendimento desta empresa sobre a aplicabilidade de redução remuneratória preceituada na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, em anexo.

Considerando que a Rodoviária do Tejo, S.A. através do ofício com o registo de entrada E/6348/2012 datado de 23-08-2012, emitiu resposta ao solicitado no paragrafo anterior informando que possuem entendimento de que a redução remuneratória não se aplica aos serviços de transporte escolar por o preço dos bilhetes ser estabelecido por portaria, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar, ao procedimento a iniciar com o objeto de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande residentes nas localidades de Amieira e Pilado e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”* é no máximo de 17.293,02 euros, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, sendo que a este não se aplicou a redução remuneratória preceituada no n.º1 do art.º 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, pelos motivos aduzidos nomeadamente no parágrafo anterior.

Considerando que seriam irreparáveis os prejuízos para o interesse público decorrentes da ausência dos transportes escolares em causa, designadamente no que respeita à impossibilidade de os alunos comparecerem às aulas com as inerentes consequências legais, assim como no que respeita à organização da vida familiar e ao seu sucesso escolar, tão importante e relevante para a criação de condições com vista ao reforço da produtividade dos futuros trabalhadores.

Considerando que não é possível recorrer a outro operador económico e não é viável, nem legalmente possível a prestação direta do serviço por parte desta autarquia, tendo em conta as regras legais que presidem ao acesso a este segmento da atividade de transporte urbano de passageiros.

Considerando os termos constantes da Lei do Orçamento de Estado de 2012 e o teor das políticas públicas adotadas na sua sequência é oportuno instar as entidades governamentais e reguladoras que tutelam o setor dos transportes a esclarecer, em termos definitivos a sua sujeição e conformação com as leis gerais e abstratas em vigor.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Considerando que, em função da resposta das entidades governamentais e reguladoras, esta autarquia promoverá as diligências que forem devidas para o cumprimento do direito aplicável ao caso e à proteção do interesse público.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande residentes nas localidades de Amieira e Pilado e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - TUMG – RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2012

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na próxima reunião ordinária do dia 31 de outubro de 2012.

23 - TUMG – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2013

Assunto retirado da ordem do dia da presente reunião, para discussão e votação na próxima reunião ordinária do dia 31 de outubro de 2012.

24 - PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE AO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL.

Este assunto foi apreciado e votado no início do recomeço da reunião, no período da tarde.

25 - EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA 4 – FIGUEIRAS”. CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2006. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

650 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de Beneficiação da Rua 4 - Figueiras – Concurso público n.º 03/2006 DIRM, em 75 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

26 - ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL “BUNKER”

651 - Presente requerimento com registo de entrada nº 7385 de 02 de outubro de 2012, em nome de Chains of Fun – Bar, Lda, com sede na Rua da Juventude, nº 35, Picassinós, Marinha Grande, a solicitar autorização para alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Bunker”, das 2:00h às 4:00h, às sextas e sábados durante todo o ano.

Considerando que o referido estabelecimento tem alvará de licença ou autorização de utilização para serviços de restauração ou bebidas simples nº 4/99 emitido por esta Câmara Municipal em 31-07-2008;

Considerando que o referido alvará permite a laboração até às 2:00h, dado que se enquadra no nº 2 do artigo 1º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande;

Considerando que os motivos invocados pela sociedade em causa – rentabilização económica do espaço através do alargamento do seu horário de modo a superar as dificuldades resultantes da atual crise financeira e económica do país – não preenchem os requisitos impostos pela alínea b) do nº1 do artigo 2º do regulamento citado;

Considerando que esses requisitos dizem respeito ao alargamento de horários de funcionamento em localidades em que o interesse de certas atividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justificam;

Considerando que as localidades acabadas de referir são as praias do concelho, S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria, como resulta do nº2 do artigo 2º do mencionado regulamento.

Considerando que o estabelecimento não se situa junto a essas praias;

A Câmara delibera indeferir o pedido apresentado por Chains of Fun – Bar, Lda, para alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Bunker”, sito na Rua da Juventude, nº 35, Picassinós, das 2:00h às 4:00h, às sextas feiras e sábados, durante o ano inteiro, por não preencher os requisitos impostos pela alínea b) do nº 1 do artigo 2º do regulamento referido, nomeadamente pelo facto de o estabelecimento não se encontrar localizado junto às praias do concelho, consideradas zona turística por excelência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL “BUDA’S BAR”

652 - Presente requerimento com registo de entrada nº 6927 de 17 de setembro de 2012, em nome de Rui Manuel Leal Domingues, com morada em Rua de Leiria, nº 180, Marinha Grande, a solicitar autorização para alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Buda’s Bar”, das 2:00h às 4:00h durante todo o ano.

Considerando que o referido estabelecimento tem alvará de licença sanitária nº 1380 para restaurante e declaração prévia nº 1488/12 referente ao processo nº 405/2012 datado de 07-09-2012;

Considerando que o referido alvará permite a laboração até às 2:00h, dado que se enquadra no nº 2 do artigo 1º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande;

Considerando que os motivos invocados pela sociedade em causa – promoção da economia e do turismo da região, oferta aos clientes de um horário de funcionamento mais alargado – não preenchem os requisitos impostos pela alínea b) do nº1 do artigo 2º do regulamento citado;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Considerando que esses requisitos dizem respeito ao alargamento de horários de funcionamento em localidades em que o interesse de certas atividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justificam;

Considerando que as localidades acabadas de referir são as praias do concelho, S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria, como resulta do nº2 do artigo 2º do mencionado regulamento.

Considerando que o estabelecimento não se situa junto a essas praias;

A Câmara delibera indeferir o pedido apresentado por Rui Manuel Leal Domingues, para alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Buda’s Bar”, sito na Rua de Leiria, nº 180, das 2:00h às 4:00h, durante o ano inteiro, por não preencher os requisitos impostos pela alínea b) do nº 1 do artigo 2º do regulamento referido, nomeadamente pelo facto de o estabelecimento não se encontrar localizado junto às praias do concelho, consideradas zona turística por excelência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - HABITAÇÃO SOCIAL – RUA JULIO BRAGA BARROS, BLOCO 2, 3.º ESQUERDO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: MARIA HELENA VICENTE PINHEIRO MONTEIRO – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.

653 - Relativamente a este processo, e no seguimento do que foi deliberado na reunião de 18/09/2012, esteve presente na reunião a D. Maria Helena Vicente Pinheiro Monteiro, titular do contrato de arrendamento, a quem foi proposto efetuar um acordo de pagamento da dívida, dado tratar-se de uma trabalhadora desta autarquia.

A arrendatária expôs a situação do seu agregado familiar e dos escassos rendimentos disponíveis para o manter, tendo contudo manifestado intenção de pagar a dívida descontando no seu vencimento o montante que resultar da renda atualizada à face do seu agregado familiar e de um valor do montante da dívida, que os serviços irão avaliar ao abrigo do ponto de vista social e legal.

Tendo em conta a situação exposta pela arrendatária, a Câmara deliberou retirar o assunto para melhor análise dos serviços no que se refere ao valor da renda, e ainda para verificar se legalmente poderá ser revisto o valor da dívida.

29 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezassete de outubro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.212.330,64 €** (quatro milhões, duzentos e doze mil trezentos e trinta euros e sessenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

654 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 1564/12 – PC N.º 79/11 – CRISCLÍNICA – CLÍNICA MÉDICA, LDA.
2. REQ. N.º 1584/12 – PC N.º 168/09 – CARLA SOFIA SANTOS COSTA
3. REQ. N.º 520/12 – PC N.º 239/11 – FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS
4. REQ. N.º 1236/11 – PC N.º 39/11 – JOSÉ TEÓFILO CATARINO MARQUES
5. REQ. N.º 1615/12 – PC N.º 291/12 – EZQ – ENGENHARIA DEMOLIÇÕES E REABILITAÇÃO, S.A.
6. REQ. N.º 1702/12 – PC N.º 309/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
7. REQ. N.º 1699/12 – PC N.º 308/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
8. RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA.
9. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA.

10. **REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS E A MENOS. ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE 04/10/2012.**
11. **REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**
12. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO GUIA TURÍSTICO DO CONCELHO**
13. **PROC.º 741/2011 – REQUERIMENTO N.º 2367/11 – ADRIANO SOARES MORGADO – PEDIDO DE EMISSÃO DE DOCUMENTO COMPROVATIVO DA IMPOSSIBILIDADE DE QUALQUER CONSTRUÇÃO NO SEU PRÉDIO - ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE SOLO URBANO PARA RÚSTICO.**
14. **PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1564/12 – PC N.º 79/11 – CRISCLÍNICA – CLÍNICA MÉDICA, LDA.

655 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de uma Clínica Médica*” existente, instalada num piso 1 de um edifício sito na Rua Augusto Oliveira Guerra, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 819/1972, em nome de Severino Cordeiro, referente à obra de “Construção de um Prédio”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 399/1974, de 31/05. Processo Camarário n.º 491/1975, em nome de Álvaro dos Santos Correia Lopes Pereira, referente à obra de “*Construção de duas Garagens*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 534/1975, de 24/06.

Processo Camarário n.º 960/1989, em nome de Álvaro dos Santos Correia Lopes Pereira, referente à obra de “*Construção de um Telheiro*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 534/1975, de 24/06.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“(…)

Favorável Condicionado.

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
- 2. Os compartimentos devem satisfazer as condições de atmosfera de trabalho, de temperatura e de humidade previstas na legislação em vigor sobre comportamento térmico e sistemas energéticos dos edifícios e sobre higiene e segurança do trabalho (artigo 15.º da Portaria n.º 268/2010);*
- 3. Todos os compartimentos devem dispor do número de tomadas necessárias à ligação individual de todos os equipamentos cuja utilização simultânea esteja prevista, ou seja, uma tomada por equipamento, a que se deve acrescentar uma tomada adicional para equipamento de limpeza (Art. 17.º da Portaria 268/2010);*
- 4. Deve ser definida uma sala/zona de sujos para arrumação temporária de sacos de roupa suja e de resíduos (Anexo I da Portaria n.º 268/2010, de 12 de Maio) sendo que a mesma deve possuir lavatório (Anexo II da Portaria n.º 268/2010, de 12 de Maio), pelo que se recomenda ser na sala de esterilização;*
- 5. Devem igualmente ser previstas zonas de armazenagem de roupa limpa, material de consumo, material de uso clínico e material de limpeza em armários, estantes ou carros (Anexo I da Portaria n.º 268/2010, de 12 de Maio);*
- 6. A sala de esterilização e o laboratório devem possuir o equipamento mínimo e adequado aos fins a que se propõem, devendo a primeira assegurar o cumprimento do ponto 2 e 3 do Art. 16.º da Portaria n.º 268/2010;*
- 7. No laboratório de apoio às próteses a tina de bancada deve possuir torneira de comando não manual e cesto retentor de gesso (Anexo II da Portaria n.º 268/2010, de 12 de Maio);*
- 8. Considerando a existência de consultórios médicos, caso ainda não tenha procedido em conformidade com a legislação em vigor, deve ser comunicada a sua abertura à Direção-Geral da Saúde e à Ordem dos Médicos (Art. 19.º do Decreto-Lei n.º 32171, de 29 de Julho de 1942);*
- 9. O compressor e a unidade de produção de vácuo devem estar situados em área isolada e insonorizada.*
- 10. Considerando a Circular Normativa n.º 06/DSPPS/DCVAE, de 31 de Março de 2010, recomenda-se a colocação de lavatório abastecido com água, quente e fria, dotado de torneira de comando não manual, nos consultórios médicos, caso sirvam para fins de Saúde no Trabalho/Saúde Ocupacional.*

“(…)”

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, de acordo com o disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, incluindo Projeto de Segurança Contra Risco de Incêndio, pelo facto do uso pretendido determinar uma classificação com Utilização-Tipo V.**
2. **Cumprimento das condições expressas no parecer emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., anteriormente referido.**
3. **Apresentação de novo Plano de Acessibilidades que garanta a acessibilidade do espaço a pessoas com mobilidade condicionada, contendo todas as soluções e eventuais adaptações do edifício a este tipo de estabelecimentos, prevendo ainda solução de acessibilidade entre o espaço público exterior adjacente à entrada para a clínica e o piso onde esta se situa, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08.**
4. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários a dotar o espaço das melhores condições de utilização.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
2. **A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1584/12 – PC N.º 168/09 – CARLA SOFIA SANTOS COSTA

656 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de uma Fração (Fração “D”)*” de um Edifício de Habitação, Comércio e Serviços existente, tendo em vista a “*Instalação de um Estabelecimento de Bebidas*”, sito Lote 1 de um Loteamento Urbano localizado na Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Freguesia de Marinha Grande, deferido por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 14.10.2010, comunicado através do Ofício n.º 1190/10, de 19/10, pelo qual foi conferido ao requerente o prazo de um ano para requerer a respetivo alvará.

Presente requerimento n.º 2037/11, de 06/10, pelo qual foi solicitada a prorrogação do prazo para requerer a emissão do referido alvará, por mais um ano, deferido por despacho do Sr. Presidente datado 06/01/2012, comunicado através do Ofício n.º 20/12, de 11/01.

Presente requerimento pelo qual é solicitado:

“(...) Que seja considerada alteração na formulação do pedido correspondente ao processo em assunto, enquadrando-o como “pedido de legalização de alterações” em substituição do anterior “pedido de licenciamento de alterações de estabelecimento comercial”, porque não tendo efectivamente sido realizadas quaisquer obras no âmbito da pretensão, unicamente se pretende a legalização das alterações existente, e que o mesmo processo (deferido) evidencia. (...)”

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão, propondo o seu deferimento, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **O prazo para requerer o respetivo Alvará de Licença de Obras (legalização), é o prazo que decorre da prorrogação Deferida por Despacho do Sr. Presidente datado de 06/01/2012 e comunicado através do anterior Ofício n.º 20/12, de 11/01.**
2. **A conduta de evacuação de fumos e cheiros deverá ser construída em material incombustível e conduzir diretamente ao exterior, de forma a evitar incómodos a terceiros, de acordo com os regulamentos em vigor.**
3. **Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**
4. **Deverão ser implementados no estabelecimento, todos os requisitos técnicos e funcionais previstos no Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11 e Portaria n.º 1532/08, de 29/12, no que respeita à segurança contra riscos de incêndio, de acordo com a respetiva Ficha de Segurança Contra Incêndio.**
5. **A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Pelo facto das alterações ao estabelecimento em causa já se encontrarem executadas, estas poderão ser enquadradas ao abrigo do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05, que prevê a dispensa na fase de instrução do pedido de emissão do Alvará de Licença de Obras, dos elementos previstos nos números 4 e 5 do referido artigo, nomeadamente do Alvará do Construtor, visto não resultar da operação urbanística em causa, qualquer obra a realizar.**
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 520/12 – PC N.º 239/11 – FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS

657 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Edificação*” existente, sito na Rua de Leiria, Lugar de Boco, Freguesia de Vieira de leiria, anteriormente licenciada para “*Oficina de Montagem e Reparações Elétricas*”, tendo em vista o seu uso para fins habitacionais, dispondo dos seguintes antecedentes:

Pedido de Informação Prévia n.º 195/1993, em nome de Fernando Pedrosa Martins Jesus, referente à Viabilidade de Construção de Edifício com dois pisos destinado a Oficina Elétrica, Garagem e Arrumos, deferido em reunião de Câmara realizada em 09/12/1993.

Processo Camarário n.º 148/1994, em nome de Fernando Pedrosa Martins de Jesus, referente à obra de “Construção de Edifício” destinado a “Oficina de Montagem e Reparações de Instalações Elétricas”, à qual foi atribuído Alvará de Construção n.º 492/1994.

Presentes Projetos das Especialidades, instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de novos Termos de Responsabilidade subscritos pelo Técnico Autor dos Projetos das Especialidades, que refiram corretamente os diplomas em**

- vigor, designadamente o art. 10.º do decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.
 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais se deverá informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1236/11 – PC N.º 39/11 – JOSÉ TEÓFILO CATARINO MARQUES

658 - Presente Pedido de Licenciamento referente à alteração de uso de “*Estabelecimento de Bebidas*” para “*Estabelecimento de Bebidas com Espaço de Dança*” existente, sito na Fração “C” de um edifício localizado na Rua da Maré Alta, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1422/1998, em nome de Carlos Marques, referente ao Licenciamento da Obra de “Transformação de um Ginásio” existente, num “Estabelecimento de Bebidas”, levado a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 354/2000, de 30/05 e posteriores alterações levadas a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 655/2000, de 14/09, dispondo da Licença de Utilização n.º 01/2001, de 15/01, para Café – “Kais Bar”.

Presente Parecer Favorável emitido pelo ex-Governo Civil de Leiria do Ministério da Administração Interna, pelo facto do estabelecimento em causa passar a dispor de espaço destinado a dança, conforme prevê a alínea d) do n.º 1 do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, diploma que estabelece o Regime Jurídico a que fica sujeita a

Instalação e a Modificação de Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, bem como o regime aplicável à respetiva exploração e funcionamento.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde, I.P. que se transcreve:

“(…)

Favorável Condicionado.

- 1. Desde que seja cumprida na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
- 2. Os produtos de limpeza e os desinfetantes não devem ser armazenados em áreas onde são manuseados géneros alimentícios (n.º 10, Cap. I, Anexo II, do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004), devendo existir um espaço próprio destinado à arrumação dos mesmos, assim como dos seus respetivos utensílios”.*

(…)”

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem garantidas as normas legais e regulamentares aplicáveis à presente pretensão, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, de acordo com o disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Cumprimento das exigências expressas no parecer emitido pela Autoridade de Saúde ACES-Pinhal Litoral II, cujas observações se transcrevem:**

“- Favorável Condicionado

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projecto e demais legislação aplicável;*
- 2. Os produtos de limpeza e os desinfetantes não devem ser armazenados em áreas onde são manuseados géneros alimentícios (n.º 10. Cap. I, Anexo II, do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004), devendo existir um espaço próprio destinado à arrumação dos mesmos assim como dos seus respetivos utensílios.”*

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.**
- 2. A “afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam**

sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

3. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.
4. Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21/02, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 135/2010, de 27/12, o estabelecimento deverá prever um sistema de segurança privada que envolva os meios aplicáveis, previstos na Portaria n.º 26/99, de 16/01.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira.

O Sr. Vereador Paulo Vicente votou a favor declarando que o seu sentido de voto teve em conta única e exclusivamente os pareceres técnicos que vão no sentido do licenciamento cumprir todas as normas legais.

5 - REQ. N.º 1615/12 – PC N.º 291/12 – EZQ – ENGENHARIA DEMOLIÇÕES E REABILITAÇÃO, S.A.

659 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública com tapumes, numa área de 16,00m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de “Requalificação do Auditório do Sport Operário Marinhense”, sito na Rua 25 de Abril, Freguesia de Marinha Grande, licenciada no âmbito do Processo Camarário n.º 138/10, para o qual foi emitido o Alvará de Obras n.º 78/12, dispondo de parecer técnico dos Serviços de Fiscalização a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação de Via Pública com tapumes, numa área de 16,00m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de “Requalificação do Auditório do Sport Operário Marinhense”, sito na Rua 25 de Abril, Freguesia de Marinha Grande, por um período de 2 meses, devendo salvaguardar todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1702/12 – PC N.º 309/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

660 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 11,00 metros de betuminoso, 3,00 metros de calçada e 2,00 metros de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo no Bairro Moleirinho, n.º 6, Lameira da Embra, na Rua da Primavera, n.º 8, Picassinos e na Rua de Angola, n.º 34, Ordem, todos da Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 11,00 metros de betuminoso, 3,00 metros de calçada e 2,00 metros de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo no Bairro Moleirinho, n.º 6, Lameira da Embra, na Rua da Primavera, n.º 8, Picassinos e na Rua de Angola, n.º 34, Ordem, todos da Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de forma a assegurar as condições iniciais e o solo devidamente compactado para evitar abatimentos, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, devendo, ainda salvaguardar todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1699/12 – PC N.º 308/12 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

661 - Presente Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Principal, n.º 78, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico dos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Principal, n.º 78, Pilado, Freguesia de Marinha Grande, devendo os pavimentos ser repostos de forma a assegurar as condições iniciais, por forma a que o piso fique, no mínimo, como se encontra antes da intervenção pretendida, devendo, ainda salvaguardar todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. — ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA.

662 - Presentes diversas reclamações de moradores de prédios já construídos, na área do loteamento levado a efeito no prédio denominado Fábrica Marquês de Pombal ou Fábrica de Vidros Marquês de Pombal, sito nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.º de Maio e Rua António Magalhães Júnior, na Freguesia e Concelho de Marinha Grande, ao qual foi atribuído o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2000, de 23/03/2000 e Alvará de Alterações n.º 02/2002, de 25/06/2002, ambos em nome de **Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda.**, com sede na Rua Dr. Brilhante, C.C.S. Bernardo, Loja 10-1, 2400-997 Alcobaça, motivadas pelo elevado estado de abandono e degradação daquela área, cujas obras se encontram abandonadas há vários anos, colocando em sério risco a segurança de todos que ali vivem e de quantos por ali circulam.-----

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/08/2012, pela qual foi ratificado o Despacho n.º 150/AP/GP/2012, datado de 08/08/2012, proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: -----

(...) -----

Presente Despacho n.º 150/AP/GP/2012, do Presidente da Câmara, datado de 08-08-2012, com o seguinte teor: -----

“ÁLVARO MANUEL MARQUES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 3 do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo presente o processo de loteamento titulado pelo alvará n.º 94/02, emitido em 25-06-2002, à sociedade Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes e Ferreira, Lda., bem com as diversas reclamações de moradores dos prédios já construídos, motivadas pelo elevado estado de abandono e degradação da área do loteamento, cujas obras se

encontram abandonadas há vários anos, colocando em sério risco a segurança de todos que ali vivem e de quantos por ali circulam, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determino a realização, com carácter de urgência, de um a vistoria a toda a área do loteamento, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas. -----

A vistoria será realizada no próximo dia 21 de Agosto, pelas 10,30 horas, pelo Arq. Ricardo Santos, técnico da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pelas técnicas da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, Arq.ª Isabel Alves e Dr.ª Eunice Marques. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do citado artigo 90.º, deve notificar-se o presente despacho ao Administrador da Insolvência da sociedade loteadora, Dr. Ademar Margarido de Sampaio R. Leite, Endereço: Av. Alberto Sampaio N.º 106 — 2.º Drtº, 3510-027 Viseu, telem.: 917526531, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria. ”-----

*A Câmara Municipal apreciou e concordando com a urgência da realização da vistoria ao local do loteamento com alvará n.º 94/12, de modo a fazer cessar todos os perigos ali existentes para a segurança de pessoas e bens delibera, nos termos do disposto no art.º 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ratificar o supra transcrito despacho do Presidente da Câmara, emitido no uso de competências próprias deste órgão executivo previstas nos artigos 89.º, n.ºs. 2 e 3 e 90.º, n.º 1, do RJUE Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----*

(...) -----

Presente Auto de Vistoria elaborado pela referida Comissão de Vistorias, dando conta que toda a área afeta à referida urbanização, bem como os edifícios aí construídos (habitados e por habitar), apresentam más condições de segurança e insalubridade, sendo estes factos suscetíveis de violação do disposto no art. 89.º (Dever de Conservação) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, considerando, face a tais constatações, ser urgente e inadiável a tomada de medidas visando a proteção, vedação e limpeza de toda a área afeta à urbanização, nomeadamente ao nível do espaço não ocupado e destinado a parque de estacionamento, sua cobertura, acessos e zona envolvente do mesmo, bem como dos espaços comerciais devassados, suas áreas envolventes e de acesso, propondo para o efeito o prazo de 30 dias para correção das referidas anomalias, nomeadamente:-----

1. Correção das deficiências detetadas nas caixas das diversas infraestruturas existentes na área do empreendimento e zonas envolventes a estas (abatimentos de terras e buracos), bem como nas caixas existentes na sua área envolvente direta, colocando as respetivas tampas onde estão em falta e substituindo aquelas que se encontram partidas. -----

2. Fecho completo de um barracão abandonado, localizado no sector nordeste da urbanização, confinante diretamente com as habitações do n.º 10 da Av.ª Aníbal Guedes Coelho e com o n.º 16 da Rua Eng. André Navarro, por forma a evitar a sua utilização indevida. -----
3. Fecho completo de todos os acessos à cave inacabada que se encontra devassada, destinada a estacionamento automóvel, sob os espaços comuns, incluindo os diversos vãos destinados à sua iluminação que se encontram completamente desprovidos de qualquer proteção.-----
4. Remoção de diversos taipais metálicos abandonados que provocam ruído aos moradores dos prédios da urbanização. -----
5. Substituição dos vidros partidos nos espaços comerciais dos prédios construídos, incluindo a limpeza desses espaços. -----
6. Limpeza de toda a área afeta ao empreendimento, retirando materiais abandonados, lixo e construções improvisadas existentes, nomeadamente as passagens entre prédios e a cobertura da cave anteriormente referida. -----
7. Limpeza de toda a vegetação espontânea que prolifera na área do empreendimento.-----
8. Vedação completa de toda a área correspondente à cave inacabada, áreas envolventes, áreas dos lotes por edificar e zonas envolventes aos edifícios já construídos, sem comprometer acessos e questões de segurança desses moradores, através de solução estanque que evite o devassar daquela área. -----

Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras constantes do teor do Auto de Vistoria datado de 17 de Outubro de 2012, a levar a efeito na área afeta ao loteamento localizado no prédio denominado Fábrica Marquês de Pombal ou Fábrica de Vidros Marquês de Pombal, sito nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.ª de Maio e Rua António Magalhães Júnior, na Freguesia e Concelho de Marinha Grande, ao qual foi atribuído o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2000, de 23/03/2000 e Alvará de Alterações n.º 02/2002, de 25/06/2002, ambos em nome de Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda., com sede na Rua Dr. Brilhante, C.C.S. Bernardo, Loja 10-1, 2400-997 Alcobaça, concedendo um prazo de 30 dias para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, face às atuais condições físicas do mesmo verificadas pela Comissão de Vistoria e descritas no mencionado Auto, tendo em vista a correção das más condições de segurança e salubridade apresentadas pelo empreendimento, sendo por isso urgente e inadiável a tomada de medidas visando a proteção, vedação e limpeza de toda a área afeta à urbanização, nomeadamente ao nível do espaço não ocupado e destinado a parque de estacionamento, sua cobertura, acessos e zona envolvente do mesmo, bem como dos espaços comerciais devassados, suas áreas envolventes e de acesso, devendo esta notificação ser remetida ao administrador da insolvência nomeado.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA.

663 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da

República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação n.º I/1132/2012 e requisição interna n.º 11281 da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o período previsto

de 02 de novembro até ao final do ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, atenta proposta de resolução contratual apresentada pela empresa RH PORTUGAL - CONSULTORES EM INVESTIMENTOS HUMANOS, LDA, a quem tinha sido adjudicado os serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância para os três agrupamentos do concelho da Marinha Grande para o ano letivo 2012/2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, com início previsto em 2 de Novembro de 2012, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar proposto pelos serviços da DEDIS é de 57.056,25 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% em cumprimento

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, conforme validação/confirmação constante de mapa anexo no processo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria”*, com início previsto em 2 de Novembro de 2012 até ao final do ano letivo de 2012/2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS E A MENOS. ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE 04/10/2012.

664 - Atendendo a que esta Câmara Municipal na sua reunião de 4 de outubro de 2012 aprovou trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais no âmbito do contrato identificado em epígrafe.

Atendendo a que foi fixado um prazo de 30 dias para a respetiva execução, no pressuposto da sua integral realização no presente ano.

Atendendo a que uma parte dos trabalhos aprovados será executada em 2013, nos termos de informação da fiscalização.

Atendendo a que a assunção de compromissos plurianuais deve ser precedida de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

É necessário promover a uma alteração à mencionada deliberação, que não implica qualquer acréscimo de custos ou a dilatação do prazo fixado, e diferir os seus efeitos ao dia útil seguinte à obtenção da autorização prévia da competência do órgão deliberativo deste Município.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea q), na redação da lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e do artigo 373.º, do Código dos Contratos Públicos, delibera aditar a alínea i), à deliberação camarária, de 4 de outubro de 2012, com o seguinte teor:

“i) a distribuição dos trabalhos a executar no ano 2012 no valor de 32.425,46 euros e no ano de 2013 no valor de 8.117,66 euros.”

Delibera ainda reportar os efeitos da deliberação camarária, de 4 de outubro de 2012, na redação da presente deliberação, ao dia útil seguinte à autorização pela Assembleia Municipal da assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o artigo 127.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

11 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA. TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

665 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, nos termos das deliberações camarárias de 4 de outubro e da presente data, serão assumidos encargos no valor de oito mil, cento e dezassete euros e sessenta e seis cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa em causa, nas classificações orgânica/económica 10/07010302 e ação do PAM 2010/1/42.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais, no valor de oito mil, cento e dezassete euros e sessenta e seis cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2013, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO GUIA TURÍSTICO DO
CONCELHO**

666 - Presente informação, com referência I/1099/2012 da área do Turismo, com uma proposta de fixação de preço para o Guia Turístico do Concelho, para venda nos Museus Municipais, no valor de 5,00€, com IVA incluído.

Considerando que a aplicação da margem de ganho apresentada na informação, calculada sobre o valor do custo da produção, baseia-se no valor de venda final praticado em outros locais, nomeadamente na Região de Turismo Leiria Fátima para publicações de natureza semelhante.

A Câmara analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através de interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, de acordo com a alínea f), do n.º 2, do artigo 64.º, da mesma Lei, aprovar e fixar o preço do Guia Turístico do Concelho em 3,00€ (três euros), com taxa de IVA incluída, para venda nos Museus Municipais, por entender que será o preço mais adequado a praticar, atendendo às atuais dificuldades económicas da população.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - PROC.º 741/2011 – REQUERIMENTO N.º 2367/11 – ADRIANO SOARES
MORGADO – PEDIDO DE EMISSÃO DE DOCUMENTO COMPROVATIVO DA
IMPOSSIBILIDADE DE QUALQUER CONSTRUÇÃO NO SEU PRÉDIO - ALTERAÇÃO DA
CLASSIFICAÇÃO DE SOLO URBANO PARA RÚSTICO.**

667 - Presentes requerimentos de Adriano Soares Morgado, residente na Rua dos Carrasqueiros, n.º 14, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietário de um prédio urbano sito na Rua do Lavadouro da mesma freguesia, com a área de 140 metros quadrados, solicitando «a emissão de documentos comprovativo da impossibilidade de qualquer tipo de construção naquele terreno», com vista à obtenção, junto do Serviço de Finanças, da alteração do prédio em causa, de urbano para rústico.

Presente o parecer técnico I/896/2012, de 30-08-2012, que aqui se dá para todos os devidos efeitos como integralmente reproduzido e cujas conclusões se transcrevem:

“Cotejado o pedido do requerente com as informações internas e com o direito supra expostos, pode concluir-se que o prédio do requerente identificado na planta de localização anexa ao seu primeiro requerimento:

- a) Não se encontra afeto às manchas de RAN-Reserva Agrícola Nacional nem às de REN-Reserva Ecológica Nacional;
- b) Não é abrangido por Plano Municipal de Ordenamento do Território (PDM-Plano Diretor Municipal), válido e eficaz que eventualmente impusesse restrições ou condicionantes à utilização do prédio;
- c) Encontra-se afeto à zona de proteção imediata (e não intermédia) do furo de captação de águas subterrâneas, porque imediatamente contíguo ao mesmo, sendo interdita *qualquer instalação ou actividade, com excepção das que têm por finalidade a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.*”;
- d) Deve ser vedado e tem que ser mantido limpo de quaisquer resíduos, produtos ou líquidos que possam provocar infiltração de substâncias indesejáveis para a qualidade da água de captação (n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 328/99);
- e) Não se conhece qualquer delimitação do perímetro de proteção da captação de água em causa, pelo que neste caso e dado estar afeto pela zona de proteção imediata, fica sujeito às restrições totais previstas para a mesma.
- f) Não está a ser utilizado como exploração de qualquer atividade agrícola mas sim como logradouro das edificações habitacionais com as quais confina diretamente, logo, com predominância da utilização urbana.

A utilização do prédio do requerente para a atividade agrícola pressupõe a aptidão agrícola do solo e a respectiva afetação, no momento do pedido de alteração da classificação de urbano para rústico, o que deve ser alegado e provado pelo requerente.

Não é o facto do prédio ser afetado pela interdição decorrente da sua qualificação como zona de proteção imediata do furo de captação de água de abastecimento público, que lhe retira ou altera as aptidões urbanas que ele detém. Desde logo porque não estando delimitado legalmente o perímetro daquela zona de proteção não poderemos afirmar, com segurança, se a mesma afectará a totalidade ou apenas parte do prédio.

Ora, no caso, as utilizações que estão patentes no prédio em causa permitem-nos concluir que as mesmas se enquadram no conceito de prédio urbano e não no conceito (civil) de prédio rústico – pavimentação ou empedrado de acesso às edificações existentes a nascente, portões e janelas das edificações diretamente virados para o prédio e com acesso pelo mesmo, estendal de secagem de roupa, jardim e árvores.

Nestes termos, entendemos que os motivos que o requerente invoca para fundamentar o seu pedido, não são susceptíveis, face à realidade existente no prédio, de determinarem a **alteração** da sua classificação – a passagem de urbano a rústico, devendo o pedido ser

indeferido, precedendo realização de audiência prévia, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.”.

Presente notificação efetuada ao requerente pelo ofício n.º S/4056/2012, de 12-09-2012, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis para dizer, por escrito, o que se lhe oferecesse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento.

Presente parecer técnico I/1073/2012, de 09-10-2012, pelo qual se confirmou que em sede de audiência prévia do interessado, o mesmo não apresentou quaisquer alegações propondo, em consequência, a tomada de decisão final nos termos e fundamentos do parecer anterior.

A Câmara Municipal apreciou e fazendo seus os fundamentos de facto e de direito constantes do parecer técnico I/896/2012, de 30-08-2012, que aqui se dá por integralmente reproduzido, delibera indeferir o pedido formulado pelo requerente Adriano Soares Morgado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS

668 - Presente protocolo de colaboração relativo ao acesso dos alunos da escola básica da Várzea ao refeitório da escola básica do 2.º e 3.º ciclo Guilherme Stephens, que se dá por reproduzido, e cujos termos foram previamente acertados com o Agrupamento de escolas Guilherme Stephens.

Considerando que as aulas dos alunos da escola básica do 1.º ciclo da Várzea, designadamente do 3.º e 4.º ano, são desenvolvidas na escola sede do Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens;

Considerando que a escola básica do 2.º e 3.º ciclo Guilherme Stephens, possui um refeitório escolar com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares dos alunos do 3.º e 4.º ano da escola básica do 1.º ciclo da Várzea;

Considerando que as crianças da escola do 1.º ciclo do ensino básico da Várzea, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos evitando, por isso, o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Considerando que é competência do Município nos termos das alíneas b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, conjugada pela alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 1, do artigo 8.º e com a alínea b) do n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e com a alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o Protocolo de colaboração que regula o acesso dos alunos da escola básica da Várzea ao refeitório da escola básica do 2.º e 3.º ciclo Guilherme Stephens, que se anexa (Anexo 3).

Mais delibera reportar os efeitos da presente deliberação ao dia 4 de outubro de 2012, nos termos do artigo 127.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Foi ainda solicitada a apreciação e votação, também fora da ordem do dia, de uma proposta relativa a revisão de preços da empreitada “Reabilitação do antigo edifício da fábrica da resinagem”.

Não foi aceite a discussão deste assunto por suscitar dúvidas, tendo o Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira referido que em seu entender neste momento não há adjudicação, uma vez que a decisão do Supremo Tribunal Administrativo foi no sentido de considerar o processo de adjudicação nulo.

Deste modo coloca-se-lhe a dúvida se todas as decisões que se venham a tomar a partir daquela decisão são nulas, parecendo-lhe que seria prudente pedir o parecer do advogado da Câmara, Sr. Dr. Victor Faria, dado que se encontra a acompanhar o processo.

- Na sequência deste assunto o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira requereu**, em relação às obras da Resinagem, da Casa da Cultura e da Requalificação do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 23

Património Stephens (fase 1 e fase 2), informação com a data exata de início da obra, as prorrogações que já existiram e a data limite de entrega da obra.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** **requereu** fotocópia do ofício remetido ao Ministério Público sobre o processo da Resinagem.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

669 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião